

OS ENCARGOS HUMANOS E OS SOBRE-HUMANOS: A RESPOSTA IMPASSÍVEL À LUZ DO ENCHEIRÍDION DE EPICTETO

*THE THINGS WHICH ARE WITHIN AND BEYOND HUMAN RESPONSIBILITY:
THE IMPASSIBLE ANSWER FROM THE ENCHIRIDION OF EPICTETUS*

Leonardo Pablo Origuella Santos¹

Resumo: O presente texto tem por objetivo oferecer uma compreensão da postura estoica frente às paixões às quais se depara o homem. De modo particular, a impassibilidade a partir das orientações encontradas no manual de Epicteto. Seu pensamento filosófico urge – além de sua condição, ora escravizado – no contexto de um neo-estoicismo, atrelado ao Império Romano e de moral suportada em princípios de cunho religioso. Nosso trabalho discorrerá da seguinte maneira: antes de tudo, algumas considerações sobre a localização da obra atribuída a Epicteto e sua sintonia com a ética estoica; em seguida sinalizaremos alguns pontos importantes sobre o conceito de “lei natural” – ainda que brevemente – como encargos sobre-humanos, a lei positiva como os encargos humanos e, por fim, a atitude específica recomendada pelo filósofo quando em cada uma dessas situações.

Palavras-Chave: Estoicismo. Encargos. Impassibilidade.

Abstract: The purpose of this present text is to offer an understanding of the Stoic standpoint in the face of the passions faced by men. In particular, the impassiveness based on the guidelines found in Epicteto’s manual. His philosophical understanding urges - in addition to his condition, now enslaved - in the context of a neo-stoicism, linked to the Roman Empire and moral supported by principles of religious nature. Our work will go about as it follows: first of all, some considerations about the whereabouts of the work attributed to Epicteto and his harmony with Stoic ethics; then we will highlight important points about the concept of “natural law” - albeit briefly - as superhuman responsibilities, the positive law as responsibilities and, finally, the specific attitude recommended by the philosopher when in each of these cases.

Keywords: Stoicism. Responsibilities. Impassibility.

Introdução

A corrente filosófica estoica datada do século III a. C. é dividida pelos historiadores em três partes, ou momentos. O primeiro período, chamado de estoicismo antigo remonta às origens com Zenão de Cício e desponta em meio ao contexto sociopolítico fragmentado diante da guerra dos trinta anos. A escola estoica se coloca contrária ao pensamento epicurista em vários assuntos – por exemplo a noção hedonista de algumas doutrinas –, contudo, os filósofos da Stoa, em um dos raros aspectos

¹ Graduando no curso Bacharelado em Filosofia pela Faculdade São Basílio Magno – FASBAM. E-mail: leoriguella@outlook.com

concordantes com os epicuristas – haja vista sua pública oposição –, procuram a coerência da vida de acordo com as leis da natureza². É a partir desse espectro que estabelecem os estudos da lógica, da física e da moral.

O segundo período dos filósofos do pórtico engendra já pelo contexto romano, latinizando-se; as abordagens da escola nesse momento são de caráter eclético e mais brando em seus estudos. Em sua última parte, o estoicismo, conhecido como neo-estoicismo ou estoicismo imperial, é entrelaçado ao poder do império e possui íntima relação com ele. Os filósofos dessa fase abandonam o aprofundamento na física e lógica, dando maior ênfase à moral. A preocupação se volta, agora, à aplicabilidade dos ensinamentos em vista da felicidade, que é fruto do domínio das paixões.

É nesse terceiro estágio em que se localiza a obra de epictetiana. Todavia, para que não sucedam equívocos, é preciso esclarecer que, assim como Sócrates, Epicteto não deixou nenhum ensinamento escrito, antes, transmitia-o oralmente. Devemos, pois, a Flávio Arriano – um de seus discípulos – a redação dos princípios atribuídos a seu mestre. Por meio deste nos chegam, além dos quatro livros das *Diatribes de Epicteto*, o *Encheirídion*, à luz do qual procuraremos dar indicações sobre a postura adequada, sugerida pelo filósofo, ante às paixões que se nos apresenta.

O nome de Epicteto significa “adquirido”, pois, assim como assinalamos, fora escravo e só conseguiu sua liberdade com a morte de seu senhor. Como filósofo do pórtico – lugar onde os estoicos se reuniam para a transmissão de sua filosofia – ensinou em Roma. Seus ensinamentos possuem características profundamente religiosas ligadas aos deuses, cujos poderes considera imanente em toda a natureza e a ela se encarrega de reger e organizar, mas, sobretudo, de prover.

Reunidos os ensinamentos de seu tutor, Arriano intitula com o termo *Encheirídion* (Ἐγχειρίδιον), que no latim equivale a expressão *manualis* (manual). Diz daquilo que está à mão, como um punhal ou uma adaga da qual se mune um soldado. Deduzimos, portanto, que a intenção de compilar tais princípios morais é para que tudo esteja à mão, como um guia de meditações – característica comum aos estoicos, por exemplo, Marco Aurélio. A ética estoica nesse período é o ambiente favorável para a emergência de uma obra como essa, sendo de caráter demasiadamente prático.

² BRUN, J. *O Estoicismo*. Lisboa: Edições 70, 1986, p. 31.

1. A ética estoica: lei natural e o lugar do homem

Com o objetivo de investigar sobre os pontos característicos da ética estoica, exporemos a hipótese de um caminho que os filósofos percorreram, desde os naturalistas. Dessa forma, procuraremos identificar já na contemplação filosófica inicial algumas inspirações sobre a lei natural. Esta, uma vez reverenciada pelos filósofos da Stoa, possui total influência na elaboração da lei positiva e nos permite um ensaio do lugar que o homem ocuparia nesse todo organizado.

Os esforços na ética estoica, grosso modo, assentam-se na *eudaimonia*³ – a felicidade proveniente da vida racional, pelo exercício da virtude. Não se trata, assim, de uma entrega sem critérios às paixões, mas a um exercício do autoconhecimento, do “conhece-te a ti mesmo” para que, reconhecendo seu lugar no mundo, o homem possa se apegar ao necessário e desprender-se do supérfluo. Em outras palavras, não se permitir o apego apaixonado às coisas que ontologicamente não lhe pertence.

O imperativo desta ética é seu caráter obediente a uma lei natural. Tudo o que é transmitido pelo filósofo deve assumir a responsabilidade, explicitamente, de correspondência entre aquilo que fazemos e leis que promulgamos com uma realidade além do gênero humano, uma espécie de ordenamento imanente à natureza (*physis*). Se o homem deseja ser feliz, para um estoico, é necessário que aceite seu destino como um curso natural inerente à sua existência, e combata as paixões em vista de não perder a tranquilidade da sua alma.

A ideia de uma lei que seja natural, isto é, uma ordem que esteja no fulcro da natureza, subjacente a ela, trata-se de um conceito amplamente discutido em toda a história da filosofia e profundamente estudado no âmbito do direito natural. A concepção desta ordem é de que, intrínseca a toda a realidade que vemos, existe algo racional que a tudo ordena e promove, e que é orgânico. Se assim o for, a questão que emerge é se é possível ao homem se opor a toda essa dança universal, indo contra a natureza. Um segundo dilema é se essa lei natural realmente existe ou aludiria a uma crença do homem em algo superior, já que foge de seu controle.

³ Trataremos aqui o termo como relação sinonímia entre felicidade e tranquilidade da alma. Todavia, deve-se considerar as discussões atuais em torno do termo felicidade. Ao nosso trabalho interessará o exercício estoico da virtude que permite o estado de imperturbação e, portanto, a felicidade – não estando esta relacionada unicamente com o prazer, como veremos.

Quando os jônicos, no trabalho de investigar o princípio originário de todas as coisas, procuravam pensar a partir da natureza, implicitamente percebemos uma sensibilidade contemplativa a uma organização desse universo. Os aforismas a nós transmitidos dão a entender as observações feitas pelos naturalistas de um todo universal, dotado de uma ordem que promove, por exemplo, o movimento dos astros, o surgimento das plantas a partir da terra úmida, o desaparecimento dos indicadores de vida na natureza – decomposição vegetal –, enfim, as realidades sensíveis.

Dessa forma, já entre os filósofos da natureza encontramos a intuição de um *logos* universal, uma regência inteligente e racional que a tudo envolve e coordena. Isso fica um pouco mais claro em Heráclito de Éfeso, quando desenvolve a ideia de uma espécie de inteligência que a tudo dispõe de maneira imparcial – que justamente denomina como *logos*. Ora, por meio da contemplação vertical das realidades superiores, os pré-socráticos já identificaram elementos que estarão nas bases dos sistemas morais de seus sucessores helenísticos.

A filosofia que precede Sócrates, por meio dessa realidade natural, se debruça justamente na investigação do cosmo – o todo organizado – na tentativa de prever uma lógica que aí estivesse presente. No entanto, tais pensadores não se interessavam diretamente pela realidade do homem enquanto ser moral, mas, a partir de suas teorias cosmológicas, percebemos intuições acerca de uma lei da qual todo o universo se estabeleceria enquanto tal. Coube mais tarde, ao ambiente ateniense favorável, o trabalho de pensar também na possibilidade de uma organização para os grupos humanos.

Em Zenão, no estoicismo primitivo, encontramos a essência de uma moral que justamente parte, sumariamente, da postulação de normas com a intenção de colocar o homem à semelhança das universais. Em outras palavras, uma vez que contempla a realidade à sua volta e na qual está inserido, pode o homem, de maneira espelhada, estabelecer princípios que tragam à sua sociedade semelhante harmonia. A ideia fundamental dada pelo filósofo é de que, em meio a esse ordenamento perfeito e rigoroso, sob a determinação de uma providência divina, o homem constitui uma parte mínima desse universo, um microcosmo⁴.

Se partirmos da premissa que o homem, uma vez respeitando essa lei que lhe é naturalmente superior, assume a existência de um ecossistema do qual ele faz parte, precisamos, pois, sugerir o lugar que ocuparia nesse cosmo. A pessoa deve, para o

⁴ Cf. FRAILE, G. *Historia de la Filosofia I: Grecia e Roma*. 2. ed. Madrid: Catolica, 1965, p. 617.

estoicismo, procurar em sua contemplação lógica a melhor maneira de imprimir em si essa organização que lhe é superior. Seria melhor dizer, ainda, reconhecer-se como micro realidade também organizada pela mesma inteligência providente.

A virtude consiste, então, na obediência a essas características orgânicas normativas, apreendidas racionalmente pelo homem⁵. Deve, pois, ajustar-se moralmente a uma realidade da qual não pode escapar, tampouco opor-se, sendo a atitude mais conveniente de submissão. Dessa forma, encontramos o lugar do homem no mundo: enquanto ser moral tem a responsabilidade de criar as adequadas condições para si e seus semelhantes de viverem em conformidade com a natureza – o que conduz, no pensamento de Epicteto, à eudaimonia.

No início do manual já encontramos indícios que corroboram com a proposta estoíca de uma moral a partir da justiça natural. Para o autor, não são encargos humanos o curso do universo e a divisão providente de tudo o que acontece na vida, logo, afirma ser uma luta fracassada caso empreenda o homem uma oposição. Estando para além de suas forças tais determinações, não pode o homem enraivecê-lo ou se encolerizar, uma vez que todo o destino se manifesta imparcialmente, não movido por simpatia por um em detrimento dos demais.

Encontramo-nos, pois, em uma divisão importante para a compreensão da obra epictetiana e sua inserção no pensamento estoico. Os encargos sobre-humanos e os humanos. Sendo estes, a representação daquilo que no mundo pode ser manipulado pelo homem, isto é, a regência da vida humana enquanto ser social e os sobre-humanos os que estão para além de sua liberdade de escolha ou vontade. Essa classificação dos encargos será o filtro pelo qual o filósofo produzirá suas asserções, isto é, as orientações que dá a seus alunos em vista de seu desenvolvimento enquanto seres sociais.

2. Dos encargos sobre-humanos e a lei natural

Situamo-nos agora nas anotações feitas por Arriano e atribuída à Epicteto, chamada *Encheirídion*. Esse punhal da ética para se trazer nas mãos a todo tempo é composto de uma série de reflexões de caráter normativo e, evidentemente, prático.

⁵ Os estoicos não deixam claro como se daria o conhecimento, mas assumem a existência de *prolepsis*, que consistiria numa espécie de síntese, feita pela alma, das antecipações que se apreendeu pela repetição da experiência. Cf. ALMEIDA, R.M. de. *A fragmentação da cultura e o fim do sujeito*. São Paulo: Loyola, 2012, p. 65.

Chamaremos aqui de encargos sobre-humanos aquilo que Epicteto dirá das coisas que não são encargos do homem. Ou seja, uma ação que não só independe dele, mas age imparcialmente, de maneira orgânica.

No início desses registros de Arriano, feitos para se recordar dos ensinamentos de seu mestre, Epicteto está fazendo essa diferença de maneira clara a seu interlocutor. Ele menciona os encargos que são e os que não são do homem. Como já vimos, os encargos referem-se a uma ação promovida, ora pelo homem, ora por algo superior a suas forças. Assim, na medida em que a pessoa passa diariamente por uma série de experiências deve, de antemão, julgar aquilo que faz parte dessa classificação: encargos humanos e os sobre-humanos.

Antes de tudo, atenhamo-nos ao termo “sobre-humano”. Dada as limitações presentes no homem, há, pois, decisões que estão acima de sua alçada, isto é, que não atende necessariamente sua vontade. Esta superioridade não é apenas ascendente – no temor reverencial aos deuses, como veremos adiante –, também diz de uma realidade horizontal, perceptível, que acontece no *hic et nunc* e que está para além das capacidades humanas. Entretanto, nota-se mais acentuada a crença de uma razão que, comandada pelos deuses, está a reger toda a realidade.

No número 32.1 no *Encheiridion* encontramos os deuses como a ilustração desse estado superior ao homem, ao qual este deve profundo respeito. Ao aconselhar a piedade devida aos deuses Epicteto diz que, quando a eles se recorrer, esteja o indivíduo ciente da imprevisibilidade do que estará por vir de sua providência. Sugere, pois, que novamente seja julgado se o que está por vir é um encargo humano, e se não o for, não deve o homem cair no erro de atribuir a esses acontecimentos os artigos qualitativos de um bem, tampouco de um mal.

À primeira vista é evidente que, se julga o acontecimento cuja decisão está para além de si, o homem classifica segundo seu desejo de que aquela coisa se realize ou não. Se se desejou que algo fosse realizado e o que ocorreu foi exatamente o contrário, uma vez caracterizando como um bem ou mal sentenciará unilateralmente um encargo alheio ao seu domínio. Com isso incorre em um erro, já que isso promoverá frustração, paixão e sentimento de perda de algo que na realidade não se teve.

Porém, outro aspecto do mesmo parágrafo precisamos discriminar. Quando orienta para que não se julgue o acontecimento que não dependeu de si, o filósofo deixa intuir que exista uma imparcialidade nessa decisão, que é natural. Prova disso é a afirmação no ponto subsequente onde nos diz de maneira explícita: “tudo o que vier é

indiferente”⁶ – diria ainda, providente. Isto significa que não pode se zangar aquele que sofre tal ação a qual não lhe é dado o direito de decidir, uma vez que esta não é movida de paixão, de parcialidade, de uma finalidade no ser humano, mas é espontânea, desprovida de desejos.

Retornando ao primeiro parágrafo do manual, tomemos alguns dos encargos que não pertencem ao homem, listados no texto. Em sua voz: “Não são encargos nossos o corpo, as posses, a reputação, os cargos públicos – em suma: tudo quanto não seja ação nossa”⁷. Essas palavras iniciais que ilustram aquilo que não pertencem ao homem e não está sob sua influência, serão pertinentes na obra. Na tentativa de convencer, enfaticamente, sobre aquilo que vale a pena ao homem se empenhar, será recorrente o uso desses termos. Vejamos sobre eles.

No item 41 a extrema dedicação ao corpo é tida como incapacidade já que, ao se ocupar com aquilo que é prescindível – sua gula, vestimentas suntuosas, exercícios físicos – a pessoa deixará de dar a devida atenção àquilo que realmente lhe edifica: o pensamento. No nono parágrafo, ainda, diz que a doença é um entrave ao corpo; torna impotente sua capacidade sensorial – a doença imobiliza, de certa forma, os sentidos do corpo – não impedindo, porém, sua decisão. A superação do corpo se dá pela decisão de não sofrer; podemos afirmar, estoicamente, o domínio sobre as sensações, de modo que a debilidade seja apenas aparente.

Para falar das posses há uma falácia evocada pelo filósofo: em virtude da opulência de bens materiais, conseqüentemente este proprietário seria superior ao que possui menos riquezas⁸. Esta visão será mencionada no texto como um ato mental enganoso, afirmando que nada verdadeiramente pertence a alguém. O mesmo que dizer que, na verdade, não existe algo que o homem possua a tal ponto que não lhe possa ser subtraído. Deve, portanto, tomar consciência de que ele não é – no sentido ontológico do termo – a posse, mas dela apenas tem o usufruto.

Quando sobre a reputação e os cargos públicos, Epicteto previne seu interlocutor sobre os perigos de se corromper nas intenções e inverter o real sentido de sua vida. A reputação e os cargos públicos precisam ser uma concessão do destino. Quer dizer que, se se empreender numa busca incessante de uma posição que lhe pareça agradável, mas

⁶ ARRIANO, F. *O Encheiridion de Epicteto*. Ed. Bilígue. São Cristóvão: UFSE, 2012. Trad. e notas: Aldo Dinucci; Alfredo Julien. 32.2.

⁷ *Ibidem*, 1.1.

⁸ Cf. *Ibidem*, 44.

a natureza providente – também como vontade social – não lhe conceder tal oportunidade, enlouquecerá. Indica um direcionamento natural mediante as aptidões presentes em cada um. É sensato, dessa forma, não fixar o desejo nisso, para que a frustração não lhe cegue futuramente.

O que a obra epictetiana propõe – fidedigna ao pensamento de sua escola – é que todos os seres humanos, já que dotados de razão, se deem ao direito de conhecer a si mesmos e reconhecer seu lugar, assumindo a postura de obediência perfeita à lei natural, à providência divina. É sem suspeita que uma lei que seja natural é indiscutivelmente elevada em comparação com o homem, posto que este organicamente também pertença ao mesmo ecossistema. Dessa forma, persiste a necessidade de formular uma relação de correspondência entre as duas realidades: natural e moral.

3. Dos encargos humanos

Como vimos, para o mestre da Stoa, existe uma classificação prévia dos encargos; referindo-se ao poder de ação, ora do homem, ora alheio à sua vontade. Pretendemos agora identificar as atuações que estão sob a influência humana e sua decisão. Apontaremos, por meio de termos encontrados na obra, aspectos desses encargos sob o domínio da pessoa e o que o filósofo sugere diante de cada um deles.

No primeiro parágrafo do *Encheiridion* o autor deixa claro quais as disposições que estão sob a autoridade humana. “São encargos nossos o juízo, o impulso, o desejo, a repulsa – em suma: tudo quanto seja ação nossa”⁹. Em síntese, as competências humanas são de cunho moral, sendo o próprio indivíduo a causa de suas observações e sua posição no mundo. Isto é, frente àquilo que se lhe impõe – que não seja ação sua – cabe ao mesmo identificar a melhor postura em relação ao seu juízo da determinada situação. Vejamos sobre os termos-chave.

O juízo, como é empregado na obra, constitui um parecer concebido pelo homem em sua mente que orienta sua conduta diante de um evento que se lhe apresenta. Significa dizer que produz uma espécie de observação avaliativa, que julga e sentencia o objeto observado. Por isso, ao empreender ação julgadora sobre determinado artigo, deve-se ter em conta que figura-se uma opinião, e não necessariamente se diz da substância da coisa ou ocorrência.

⁹ Ibidem, 1.1.

No mesmo seguimento, no item 5^a vemos a seguinte afirmação: “As coisas não inquietam os homens, mas as opiniões sobre as coisas. [...] jamais consideremos outra coisa a causa, senão nós mesmos – isto é: as nossas próprias opiniões”¹⁰. É introduzida, pois, a consciência de que a coisa naquilo que ela é, isto é, em sua natureza, pode não ser danosa ao homem, uma vez que é o juízo que se produz dela que a faz benéfica ou não. Contudo, temos em conta que a atribuição de qualidade feita pela pessoa é de cunho utilitário e, portanto, subjetiva.

O impulso, na tradução da palavra grega diz de um primeiro assalto ou ataque. Simboliza uma ação de ímpeto humano que o leva a agir de determinada maneira em vez de outra; uma resposta a um estímulo recebido, como que em defesa. Para o estoico esse embalo pode ser controlado, uma vez identificada sua causa no próprio ser humano, sendo de sua inteira responsabilidade a imediatez da resposta. Porém, quanto mais imediata for, menos estará munida de racionalidade. O que é visto pelo estóico como perigoso.

Especificamente no item 46.2 do manual, Epicteto está discursando da importância em não se declarar filósofo, e quando se vir diante de uma discussão sobre algum princípio filosófico sugere: “silencia ao máximo, pois, o perigo de vomitar imediatamente o que não digeriste é grande”¹¹. A digestão metafórica deixa claro que ninguém possui a absorção mais perfeita do conhecimento a ponto de, no ímpeto, responder com o cuidado filosófico que se deve ter para com o discurso. O silêncio garante, pois, possíveis erros lógicos de uma resposta instintiva.

O desejo na filosofia estoica constitui, de longe, um dos maiores assuntos discutidos. É a partir do controle – mais precisamente do refreamento – que as coisas passam a ser mais concretas, pois, o desejo faz com que tudo se torne fantasioso e distante da realidade da coisa. Durante toda a obra Epicteto demonstra exaustiva preocupação com o tema. Isto porque entregue totalmente aos seus desejos sem quaisquer critérios, entraria o homem num *loop* eterno de aspiração e conquistas, não conseguindo mais estabelecer valor às coisas.

A sugestão é de que, ao desejar algo, ou ainda, declarar amor por algo, possa o homem classificar a qualidade desse propósito. Se, pois, não houver consonância entre aquilo que se pretende e a lei natural, deve ser a paixão refreada. De maneira categórica nos diz: “mas o que eu desejo? Conhecer a natureza e segui-la”¹² – novamente a lei natural

¹⁰ Ibidem, 5a.

¹¹ Ibidem, 46.2.

¹² Ibidem, 49.

como unidade de medida para as ações morais. Porquanto, ter pleno conhecimento dos desejos é parte indissociável de seu controle.

Similar consideração se faz sobre a repulsa, quando diz: “retira a repulsa de todas as coisas que não sejam encargos nossos e transfere-a para as coisas que, sendo encargos nossos, são contrárias à natureza”¹³. Esse termo é utilizado no sentido de repelir, evitar algo. Isto é, ao passo que algo seja nocivo ao homem, este procura repeli-lo, a fim de que não seja lesado. Em síntese, deve afastar-se daquilo que não lhe é benéfico. Todavia, o benefício, novamente, deve ser considerado a partir da perspectiva do que é naturalmente benéfico, e não segundo a subjetividade de seu julgamento.

Contudo, a repulsa também diz do ato de repudiar. No mesmo contexto, todas as pessoas repudiam aquilo que consideram ruins. No estoicismo epictetiano significa dizer que, tendo sido classificada a natureza do desejo, e essa, sendo considerada tóxica à sua identidade, deve o homem manifestar repugnância, já que isso não acrescentaria nada de bom para si. Deve ser repudiado, portanto, tudo aquilo que afasta a ação humana da ação natural, que o prive de harmonizar seu desejo ao direito natural.

Os encargos humanos sugerem, por fim, uma responsabilidade moral do homem que, sendo racional à diferença de outros seres, lhe é inerente. Na medida em que o homem interfere no mundo, por conseguinte, deve levar em consideração a natureza da coisa, e não só a utilidade para sua espécie. Para tanto, faz-se necessário assumir um sentimento de pertença em oposição ao instinto de colocar tudo sob seu domínio. Dessa forma, pode perceber aquilo que é a coisa em sua essência e o que é sentença humana sobre a mesma.

4. Aproximação ao conceito de lei positiva

Uma vez tendo definido a noção geral sobre os encargos que são de responsabilidade humana, queremos buscar algumas noções sobre a lei positiva. Ainda no campo da ação humana, a forma com que a lei deve se empenhar na elaboração de princípios racionais que auxiliem a sociedade, visando o bem comum. Observaremos, grosso modo, a possibilidade de, à luz do ordenamento do Universo, estabelecer uma “cosmologia” social.

¹³ *Ibidem*, 2.2.

Sendo a lei positiva de natureza humana, já suspeitamos a existência de paixões, o que denota o interesse unilateralmente da pessoa humana. A moral estóica em Epicteto nos diz justamente da vigilância para que não se seja tomado por tais desejos. A vontade de poder, por exemplo, esconde uma grande insegurança em ser aceito socialmente, e é uma motivação que engana aqueles que a procuram. No movimento de colocar antes de tudo seu interesse, a pessoa cria, conseqüentemente, os níveis de importância social que não existem organicamente.

A postura do homem diante das leis que lhe são superiores deve ser, como vimos, de obediência. Já que impossibilitado de empreender ação contrária a tais leis, se vê impelido a estabelecer para si alguns parâmetros de vida. O desafio é como harmonizar a vida humana em sociedade com essas leis universais. Pressupomos, para tanto, a sensibilidade da pessoa na captação dessa realidade para além de si. O que no campo legislativo se torna uma discussão cada vez mais intensa e abrangente.

As regras de etiqueta, por exemplo, foram criadas justamente com o objetivo de dar ao homem a percepção de seu real espaço numa mesa. O espaço alheio é respeitado porque consegue visualizar, em seu próprio, tudo aquilo que atende às suas necessidades e, por isso, não deve se dar ao desejo de invadir o do outro. Determina-se, assim, um limite ético que configura o respeito a ser notado – ora numa mesa, ora na convivência social – não somente se tratando de pertences, mas também de opiniões pessoais, isto é, toda a subjetividade do outro.

É com o mesmo objetivo que as regras que legislam sobre a moral e a ética de uma sociedade devem empenhar-se. Na medida em que os cidadãos – no caso da democracia – se veem representados por aqueles que elegeram, recebem de igual maneira o respeito pelos direitos que constituem seu espaço necessário. O que se chama nas repúblicas federativas de Constituição é exatamente uma espécie de “tear” onde deve ser fiado o tecido público, isto é, constitui o arcabouço do equilíbrio social.

No âmbito do direito positivo, a lei positiva é um pensamento que atribui superioridade da lei escrita sobre a lei natural. Por outros termos, a lei positiva é um estatuto concreto que possui eficácia superior na aplicação da justiça, enquanto uma lei natural – por mais que a ela se dê a devida observância – ainda se trata de uma terminologia genérica incapaz de garantir, na sociedade, o mesmo resultado. O que se encontra aqui é uma visão de que esta lei constitucional seria a maneira mais perfeita de concretizar o direito presente na *physis*, não simplesmente a refutando, mas dando-lhe um caráter prático.

A origem da lei escrita parte, pensando assim, da autoridade de toda a comunidade humana capaz de confeccionar para si princípios que torne hegemônico seus direitos. O que significa dizer que, sendo criada pela pessoa para aplicação em sua própria convivência, esta poderia então reivindicar a capacidade de promover a justa medida a todas as pessoas. Atribuiria a si, dessa maneira, o poder de equidade na distribuição dos benefícios – materiais e morais – e, conseqüentemente, a promoção do bem comum.

Contudo, no que interessa à nossa análise do assunto, sobretudo à assimilação ao pensamento epictetiano, podemos dizer da proximidade do termo aos encargos humanos. Quando o homem se coloca na condição de seu próprio legislador, toma para si o espaço de juiz das ações de todos os seus. Isto é, deve se empenhar na composição de normas que favoreçam uma atmosfera harmônica entre todos na sociedade.

Epicteto demonstra grande reverência às leis de uma sociedade, de modo análogo à piedade aos deuses. No livro primeiro das *Dissertações* encontramos a seguinte afirmação: “O homem de bem submete sua própria vontade àquela que administra o Universo, assim como os bons cidadãos submetem sua vontade à lei da cidade”¹⁴. Isto significa a reverência social às deliberações dos que produzem as leis, na confiança de que, com cuidado equivalente ao divino, elas nos amparam e garantem o bem comum e a justiça.

Dessa maneira, é explicitamente estabelecido o elo simbiótico que existe entre as leis universais e a dos grupos particulares. Caso contrário, o bem comum não poderá ser alcançado, visto que as normativas sociais seriam criadas por uma parcela da sociedade unicamente em seu benefício. Nesse mesmo sentido, no *Encheiridion*, o filósofo afirma que quando cada um cumpre a ação que lhe é própria – em seu grupo social – é o bastante para que se seja digno e leal à cidade¹⁵. Observamos nas obras estoicas sugestões de uma efetiva participação política e legislativa que deve ter o filósofo.

Por último, à luz do pensamento estóico-epictetiano, podemos intuir que a justiça em sociedade só se alcança quando há um temor reverencial dos cidadãos às leis sociais que, por sua vez, devem prestar igual reverência às universais. Há, portanto, princípios evidentes que derivam da natureza e que corroboram na perfeita elaboração das regras

¹⁴ EPICTETO. *Dissertações I*. 12.7 apud FRAILE, G. *Historia de la Filosofia I: Grecia e Roma*. 2. ed. Madrid: Catolica, 1965. p. 671.

¹⁵ ARRIANO, F. *O Encheiridion de Epicteto*. Ed. Bilígue. São Cristóvão: UFSE, 2012. Trad. e notas: Aldo Dinucci; Alfredo Julien. 24.5.

humanas. Nesse sentido, a lei natural justificaria a positiva e, esta ratificaria as orgânicas. Resultando de tudo isso a possibilidade de uma “cosmologia” social.

5. A impassibilidade e o refreamento dos desejos

Associadas as bases para a compreensão dos encargos sobre-humanos relacionados à lei natural, bem como os humanos à lei positiva, falaremos sobre o tema da impassibilidade estoíca. Paralelo à nossa compreensão, procuraremos olhar o refreamento dos desejos como ponto imprescindível em todas as situações, em virtude da tranquilidade estoíca do espírito. Assim, à luz do manual de Epicteto, queremos apontar as características consideradas por ele essenciais, que denotam a maturidade daquele que absorveu a filosofia.

No contexto das escolas helenísticas, a conceituação em torno do termo impassibilidade é o que marca o estoicismo. O filósofo estoico deve, pela virtude, criar os meios necessários para que sua alma se mantenha livre de perturbações. Os desassossegos do espírito consistem na entrega desmedida àquilo que afasta o homem da lei natural, desfigurando-o enquanto ser obediente que deve ser. É controlando suas tendências subversivas que pode alcançar a felicidade, que consiste no desprezo de todos os sentimentos apaixonados e o exercício do pensamento.

Claramente a obra epictetiana – como as de vários estoícos – é uma fundamentação ética em vista de uma impassibilidade. Os princípios morais e éticos, no caso particular de Epicteto visam, respectivamente: o conhecimento de si, a percepção de suas limitações, o reconhecimento de sua responsabilidade no mundo e a impassibilidade como ilustração da maturidade filosófica. Ou seja, o homem reconhece seu lugar, cria a noção de pertença a um sistema natural e sabe o que pode realizar.

Relacionando-se em sociedade, o ser humano pode identificar os desejos que o faz distorcer as realidades sensíveis. O desejo, assim como já tratamos, configura uma vontade de posse que, quando direcionado a algo que não seja possível obter, gera a frustração e a paixão. Se se deseja algo que não é encargo humano, o resultado é a infelicidade¹⁶. Em outras palavras, só pode o homem desejar aquilo que dele depende a obtenção-ação, e não de outrem ou da lei natural, pois pode não se realizar o seu desejo.

¹⁶ Cf. *Ibidem*, 2.2.

Como resposta a esse devaneio humano de possuir algo, nosso filósofo indica o refreamento. Refrear significa o ato de conter, de colocar freio. Para tanto, num primeiro momento deve a pessoa classificar tais desejos. Identificar se são de origem egoísta e, portanto, voltados a uma utilidade e benefício unicamente seus, ou se pertencem ao grupo dos que estabelecem concordância com o curso natural de sua vida – se não ferem a constituição natural inscrita no cosmo.

Ao passo que consegue promover o sadio ordenamento desses desejos – sobretudo, os de ordem moral –, pode a pessoa alcançar a impassibilidade e tê-la como atitude primeira. O conceito dessa liberdade de paixões diz de um movimento interior, quase meditativo-reflexivo, em todas situações que possam incitar o sofrimento humano. Dito de outra forma se trata de um domínio dos desejos e, por conseguinte, também dos sofrimentos que deles possam derivar, através do exercício da razão.

A ausência de sofrimento aplica-se, estoicamente, também no campo físico. Na história de Epicteto, quando na condição de escravo, inúmeras vezes foi alvo de violência de seu senhor. Em resposta a tais agressões dizia que, em algum momento, devido a todas as surras que lhe eram impostas, seu senhor poderia acabar quebrando-lhe as pernas. Numa dada ocasião em que suas pernas foram realmente quebradas, o açoitado apenas disse: “eu avisei”.

As dores físicas, enfrentadas em diversos níveis, certamente é um assunto que abrange a capacidade pessoal de se posicionar perante cada uma delas. Não queremos dizer, com isso, que decidir não sofrer tais dores fará com que sua intensidade diminua. Ao contrário, podemos propor uma palavra mais recente: resiliência. Uma vez infligidas dores sobre seu corpo a pessoa pode optar, conscientemente, por ressignificar sua postura, por sentir tudo o que expressa o seu limite, e mesmo assim alcançar tranquilidade.

As indicações estoicas de impassibilidade se posicionam contrárias a uma fuga da dor em busca unicamente do prazer. Na variação cíclica de dor e prazer – e algum prazer existente também na dor – é que deve o homem se colocar em estado de consciência plena, decidindo-se em viver toda a intensidade que lhe esteja sendo imposta. Em suma, significa viver racionalmente a experiência como forma de resistência ao sofrimento que dela eflui. O sábio, para um estoico, é justamente o que consegue viver o equilíbrio no meio desses extremos.

O termo grego que pode completar o sentido de nossa análise é: *apatheia* (ἀπάθεια)¹⁷ – termo composto do prefixo de negação ou ausência “a” somado ao termo *pathos*, que diz respeito à emoção, paixão, ou sentimento sentido por uma pessoa. Em resumo, *apatheia* significa um estado de tranquilidade em que o indivíduo está livre de paixões e, portanto, das perturbações que poderiam tirar o sossego de sua alma. O uso da palavra “apatia” em português especifica mais um caráter de insensibilidade sentimental, por isso é preferível utilizarmos sem traduzi-lo.

Essa significação em torno de *apatheia* é sinonímia à impassibilidade da qual estamos tratando, no sentido de uma racionalidade na vivência de todas as sensações. Ao passo que o sujeito consegue racionalizar as suas emoções, pode garantir à sua alma a remissão dos sofrimentos. Para os estóicos, na medida em que um desejo desperta uma sensação e ambos não passam pelo crivo da razão, se alimenta o sofrimento. Logo, sábio é aquele que não se entrega ao excesso de dor ou de prazer, mas tudo na medida exata.

Porém, a impassibilidade não se restringe ao sensível, mas é também uma atitude moral, visto que todos deliberamos nossas escolhas. Assim, como já dissemos, se trata de uma postura autoconsciente perante todas as situações. Nos termos do *Encheiridion*: “Postura e caráter do homem comum: jamais espera benefício ou dano de si mesmo, mas das coisas exteriores. Postura e caráter do filósofo: espera todo benefício e todo dano de si mesmo”¹⁸. Ou seja, assumir a responsabilidade naquilo que interfere e aceitar naquilo que não tem poder de fazê-lo.

Dessa forma, é correto afirmar a inter-relação entre impassibilidade, resiliência e *apatheia*. O ponto de convergência de tais expressões é a racionalização dos impulsos emotivos, que permite o refreamento dos desejos que indicam maior perigo à tranquilidade da alma. O homem filósofo, assim, pode ser considerado aquele que, liberto das sentenças que produz sobre o que está para além de si, mas aliado àquelas que faz sobre sua pessoa, adota uma postura sóbria e profundamente racional.

Considerações finais

A partir da obra de Arriano, cujas palavras são atribuídas a seu mestre Epicteto, procuramos investigar as características ético normativas nela presentes. Por meio das

¹⁷ Utilizaremos o termo *apatheia* transliterado, sem tradução para o português, uma vez que “apatia” reduz o significado original, bem como o sentido de nosso texto.

¹⁸ Op. Cit., ARRIANO, 2012. 48.a.

reflexões epictetianas sobre os encargos, vimos as indicações dadas por ele em vista de um desenvolvimento moral que classifica, antes de tudo, as responsabilidades inerentes ao homem e a lei inscrita na natureza. Isto é, a existência de leis as quais o homem se subordina, ora naturalmente, hora em sua esfera social.

Segundo o que vimos, a lei natural consiste numa escrita orgânica que é responsável por toda a organização universal e, evidentemente, a vida humana. Entretanto, cabe-nos a dúvida se tais ordenamentos realmente brotam do seio da natureza ou estamos fadados, na realidade, ao acaso. Ou, ainda, a intuição de uma inteligência organizadora, presente já na gênese da filosofia, seria a ilustração dessa lei natural ou seria o medo humano de sua finitude – enquanto ser contingente – que produziu essa espécie de amparo do cosmo.

Acreditamos que exista uma espécie de organização inteligente, visto que mesmo nas realidades entregues, aparentemente, ao acaso, existe certa organização. Para simplificar, visualizemos uma floresta natural, um monte arborizado sem intervenção humana. Neste espaço onde tudo parece caótico, sem uma ordem específica, ainda existem leis que são respeitadas, por exemplo, o limite espacial de cada árvore, entre elas uma vegetação e ainda uma passagem aos animais que ocasionalmente transitem por ali. Nada está desorganizado.

A lei positiva, por sua vez, é composta das condutas normativas que garantem o direito e a ordem. Conquanto, é uma inscrição à luz daquela natural. Em outros termos, o indivíduo social precisa viver de tal forma que sua convivência com os seus se assemelhe ao máximo com a cósmica. Como sugerimos em nosso trabalho, o termo cosmologia social denota justamente a capacidade humana de coerência com os padrões universais.

Os princípios morais que delimitam o espaço do sujeito em seu grupo devem, de maneira efetiva, recorrer constantemente às ideias de princípios universais. A título de exemplo, um legislador que tem por função estabelecer normativas sociais, precisa levar em consideração todas as subjetividades que por ele são representadas e procurar a forma mais completa de fazer com que todas se sintam valorizadas. O que significa dizer da criação de uma harmonia social.

A impassibilidade em nosso estudo, é parte fundamental como resposta a todos os impulsos que possam gerar sofrimento. Tanto na esfera biológica, como moral, deve o homem ter a consciência de sua realidade limitada, procurando mudar aquilo que pode e conformando-se com aquilo que não tem o poder de mudar. Porém, de modo geral, a

ausência de paixões se dá pelo movimento interior da pessoa que decide viver tudo de maneira racional.

A racionalização de todas as intenções e atitudes humanas é a grande novidade estoíca ao afirmar que, por meio do exercício constante do pensamento e da contínua classificação de nossos desejos, podemos alcançar a tranquilidade. Pelo exercício da virtude e da reverência às leis provenientes da natureza, a eudaimonia pode ser alcançada. A *apatheia*, também de caráter racional, ilustra a possibilidade de legislar sobre as próprias emoções, de ter domínio sobre elas.

Por fim, sendo uma obra de orientações muito práticas de Epicteto aos seus discípulos, as reflexões que dela derivam se instalam, evidentemente, no campo da moral. O homem filósofo deve empenhar-se em buscar a conduta mais equilibrada possível que lhe garanta a ausência de paixões, e isto indicará sua maturidade. Aquele que teve o contato com estes ensinamentos éticos precisa, segundo o filósofo, necessariamente mudar sua conduta em vista do bem viver. Sempre vivendo no inter-relacionamento dos desejos e a razão.

Referências

- ALMEIDA, R. M. *A fragmentação da cultura e o fim do sujeito*. São Paulo: Loyola, 2012.
- _____. *A lei natural e a lei escrita: uma leitura à luz do pensamento de Nietzsche*. Revista de Filosofia Aurora, Curitiba, v. 24, n. 34, p.289-312, jan./jun. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/aurora/article/view/7520/7349>>. Acesso em: 28 abr. 2020.
- ARRIANO, F. *O Encheirídion de Epicteto*. Ed. Bilígue. São Cristóvão: UFSE, 2012. Trad. e notas: Aldo Dinucci; Alfredo Julien.
- BRUN, J. *O Estoicismo*. Lisboa: Edições 70, 1986.
- FRAILE, G. *Historia de la Filosofia I: Grecia e Roma*. 2. ed. Madrid: Catolica, 1965.
- GAZOLA, R. *O ofício do filósofo estoico: o duplo registro do discurso da Stoa*. São Paulo: Loyola, 1999.
- GOURINAT, J.B. (Org.). *Ler os estoicos*. São Paulo: Loyola, 2013.

Recebido em: 24/07/2020

Aprovado em: 17/10/2020